

**MATHEUS ALVES DE BARROS**

**AS DETERMINANTES E CONDICIONANTES  
ESTRUTURAIS DA (RE) PRODUÇÃO CAPITALISTA DA  
CIDADE:**

**Uma breve revisão da literatura específica**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Kleiman  
Doutor em Arquitetura / USP

Rio de Janeiro  
2008

Trabalho de Conclusão de Curso

L435c Barros, Matheus Alves de.  
As determinantes e condicionantes estruturais  
da (re) produção da cidade:

Uma breve revisão da literatura especificada

Matheus Alves de Barros - 2008.  
30 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Mauro Kleiman.  
Trabalho de conclusão de curso  
(especialização) – Política e Planejamento Urbano  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,  
2008.

Bibliografia: f. 28-30.

1. Planejamento Urbano. 2.  
Economia Urbana. 3. Produção/Reprodução  
Urbana. 4. Transformações econômicas. I. Kleiman,  
Mauro. II. Universidade Federal do Rio de  
Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento  
Urbano e  
Regional. III. Título.

CDD:

## SUMÁRIO

Abstract .....	5
I – INTRODUÇÃO: .....	6
II – CIDADE E O SEU SIGNIFICADO: DIMENSÕES SIMBÓLICA E MATERIAL. 8	
III - A NOVA FASE DO CAPITALISMO GLOBAL E SUAS DETERMINANTES NA (RE) PRODUÇÃO DA CIDADE: .....	12
III. 1 – A CIDADE CAPITALISTA E O PADRÃO DE URBANIZAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO. ....	12
III. 1. 2 - A NOVA FASE DO CAPITALISMO GLOBAL E A URBANIZAÇÃO CAPITALISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO NA LINHA DO TEMPO. ....	13
IV – PLANEJAMENTO URBANO, ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS CIDADES E AS DETERMINANTES ECONÔMICAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. ....	20
IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS: .....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	28

## RESUMO

BARROS, Matheus Alves de. As determinantes e condicionantes estruturais da (re) produção da cidade: Uma breve revisão da literatura especificada f. Monografia (Especialização em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

As condicionantes e determinantes da produção/reprodução da cidade poderiam ser identificadas através da interação de três grandes esferas: econômica, espacial e simbólica. O texto aborda somente alguns aspectos da esfera econômica, porém sem perder de vista as outras duas de igual importância e relevância. As mudanças ocorridas na economia global ao longo da história do capitalismo mostram que a cidade é produzida a partir das necessidades do sistema mundial de produção e circulação de mercadorias, que sempre se renovam. Mostram também que não se trata de uma produção pacífica, mas de um processo conflituoso entre os agentes sociais que, em posição assimétrica de poder, animam essa produção. Além disso, evidencia que o Estado desempenha um papel fundamental na produção capitalista do espaço; assim, a compreensão do que seja esse urbano deve desvendar as intrigantes relações existentes entre o Estado e o Urbano. Portanto, a produção/reprodução do espaço urbano é uma das várias facetas da dinâmica geral do sistema capitalista de acumulação. As mudanças no meio urbano, seja em seu ambiente físico ou simbólico, decorrem das variações e oscilações desse sistema. Logo, o planejamento e a produção do espaço urbano seguem as tendências mais gerais da dinâmica do sistema econômico mundial. Atualmente a questão ambiental vem tornando-se um novo paradigma no planejamento urbano.

Palavras Chaves: Planejamento Urbano, Economia Urbana, Produção da Cidade.

## Abstract

BARROS, Matheus Alves de. The determinants and structural conditions of (re) production of the city: A brief of a specific literature. 29 f. Monografia (Especialization in Planning Urban and Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The conditions and determinants of production/reproduction of the city can be identified by three major aspects: economic, spacial and simbolic. The text only mentions some aspects of the economic aspect, but withust losing site of the other tard which are equally relavent. The changes occut in the global economy have a long history of capitalism that show that a city produces a part demonstrate of the word`s system of production and circulation of markets, which always renew themselves. They show also that production is not referred to as passive, but a process of conflict between social agents that, an assimetric position, have the ability to animate that production. Beyond this, evidence that the state nemores itself in functional paper in the capitalistic production of relations intertwined, existing between the state and the city. In as much, the production/reproduction of urban space is one of the various facets of the general dynamic of the capitalistic system of accumulation. The movement of the mid-urban, is in its physical ambient or simbolic, from the varations and oscillations of the system. Soon, the planning and the according to these tendencies, more generally of the dynamics of the world economical system.

Key Words: Planning Urban, Economic Urban, Production of City

## I – INTRODUÇÃO:

Esse artigo tem por finalidade desenvolver uma reflexão crítica sobre as condicionantes e determinantes da (re) produção capitalista da cidade. Para tanto, faremos uma breve revisão da literatura que se ocupa do assunto.

Explicar as condicionantes e determinantes dessa produção/reprodução da cidade é uma pretensão grandiosa, mas válida desde que feita em tempo exeqüível e em um momento mais adequado – em um projeto de pesquisa em âmbito de mestrado, por exemplo. Mas, mesmo de maneira exploratória e insipiente, pretendemos explanar a dinâmica desse processo que, a nosso ver, é promovido pela interação de três grandes esferas, a saber: econômica, espacial e simbólica. Para fins metodológicos e didáticos iremos nos ater, aqui, somente a alguns aspectos da esfera econômica sem perder de vistas as outras duas de igual importância e relevância para a compreensão do referido processo. Mas, o que se entende por (re) produção da cidade? E antes disso, o que é uma cidade? Em que medida a dinâmica econômica é condicionante desse processo? Não é nosso objetivo, aqui, esgotar as inquietações intelectuais auferidas a essa temática, mas para os fins desse ensaio entendemos, primeiramente, por (re) produção da cidade, as alterações e continuidades no meio urbano, tanto no seu ambiente físico (morfologia espacial – parque imobiliário) como no seu ambiente social (cidade simbólica). Para o conceito de cidade assinalamos, a título introdutório, que a cidade é, ao longo da história humana, significada e produzida de acordo com o tipo de organização social (SANTOS, 1981). Assim, o que se entende por cidade na Grécia Antiga não é, necessariamente, o mesmo que em outros períodos e outras culturas; portanto, uma investigação sobre o conceito deve ater-se, pelo menos em termos metodológicos, a um tipo específico de cidade.

Neste ensaio abordaremos, como objeto de análise, a cidade capitalista que teve sua origem no surgimento do capital concorrencial no período mercantilista. Nesse momento, a *cidade* (medieval), além de funcionar como sede do capital comercial, também, possuía uma modesta divisão social do trabalho e estava articulada com uma complexa rede de cidades interligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancária

(LEFEBVRE, 1969). Esse fato possibilitou a instalação de um novo modo de produção do espaço urbano – o modelo urbano-industrial.

Ao que parece, a cidade capitalista surge como sede do capital comercial, assim, uma primeira definição do conceito pode ser aquela elaborada pelo sociólogo alemão Max Weber (1987), para o qual a “cidade é um local de mercado”. Algo semelhante é apontado nas análises realizadas pelos geógrafos Devid Harvey (2005) e Henri Lefebvre (1969) e pelo sociólogo Christian Topalov (1996) para os quais a cidade é condição (indispensável) para acumulação capitalista.

Assim, poder-se-ia perguntar em que medida a lógica econômica determina a configuração espacial e simbólica da cidade? Sendo a esfera econômica uma determinante da produção da cidade, seria correto afirmar que toda e qualquer mudança ocorrida na dinâmica da economia capitalista interferiria no padrão de produção do espaço urbano? Se positivo, poderíamos afirmar que para cada fase do capitalismo haveria um modelo de planejamento e produção do espaço urbano? Desse modo, a cidade capitalista seria uma imagem do sistema econômico? A cidade pode ser compreendida como uma empresa? Afinal, o que se entende por cidade na atualidade?

Uma rápida olhada nas mudanças ocorridas na economia global nas últimas três décadas e na produção bibliográfica a cerca dessa temática, mostra que a cidade capitalista é produzida a partir das necessidades do sistema mundial de produção e circulação de mercadorias. Mostra também que, não se trata de uma produção pacífica, mas de um processo conflituoso entre os agentes sociais que, em posição assimétrica de poder, animam essa produção. Além disso, evidencia que o Estado desempenha um papel fundamental na produção capitalista do espaço; assim, a compreensão do que seja esse urbano deve desvendar as intrigantes relações existentes entre o Estado e o Urbano Santos (1981), Henri Lefebvre (1969) e Oliveira (1982). Pode-se concluir, portanto, que a produção/reprodução do espaço urbano é uma das várias facetas da dinâmica geral do sistema capitalista de acumulação. E ainda, que as mudanças no meio urbano, seja em seu ambiente físico ou simbólico, decorrem das variações e oscilações do sistema de produção e circulação de mercadorias. Logo, o planejamento e produção do

espaço urbano, ao longo de sua trajetória no espaço e no tempo, seguem as tendências mais gerais da dinâmica desse sistema.

Por fim, observar-se que no seio do debate sobre a temática *cidade* emerge um novo paradigma de planejamento urbano calcado em torno da questão ambiental e do papel do Estado na legitimidade do mercado.

## **II – CIDADE E O SEU SIGNIFICADO: DIMENSÕES SIMBÓLICA E MATERIAL.**

Ao longo da história da humanidade podemos observar diferentes momentos e diferentes formas de organização social. Desde as civilizações mais antigas até a atualidade a humanidade elabora, através de uma construção social para si e para posterioridade, mecanismos simbólicos e materiais que a possibilite se reproduzir no tempo e no espaço.

Para Milton Santos (1981), esse processo de produção é realizado mediante a intermediação entre o “homem e a natureza” através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para esse fim. Logo, a cidade poderia ser analisada sob diferentes ângulos e em diferentes momentos da história, por isso, a noção de *cidade* varia em função da cultura e da sociedade. No entanto, poder-se-ia perguntar por que é que as *idades* são denominadas *idades*, mesmo pertencendo há diferentes culturas, diferentes sociedades e em diferentes períodos históricos? Afinal, quais são os mecanismos ou elementos que possibilitam aos diferentes espaços ou localidades terem a mesma denominação (cidade) e, ao mesmo tempo, diferentes significados? Algumas respostas poderiam ser encontradas nas obras do geógrafo brasileiro Milton Santos, para o qual “*nenhuma produção, por mais simples que seja, pode ser feita sem que se disponha de meios de trabalho, sem vida em sociedade, sem divisão social do trabalho*” (SANTOS, 1981:162). Desse modo, essa produção poderia ser analisada do ponto de vista da organização da sociedade, das técnicas empregadas na produção do espaço e na divisão social do trabalho. Nesse sentido, uma investigação sobre a temática deveria abordar,



simultaneamente, as esferas econômica, material e simbólica da cidade. No entanto, um trabalho com essa magnitude, necessitar-se-ia de um esforço metódico para desvendar as complexas relações existentes em cada uma dessas esferas demonstrando de que maneira elas se articulam para produzir o espaço – que não será o nosso caso.

Atualmente, o debate em torno da conceituação da “cidade” envolve outros conceitos como: meio urbano, território urbano, território rural, etc. Esses conceitos são objetos de estudo desde as primeiras décadas do século XX<sup>1</sup>; já na metade do mesmo século, discutia-se outra categoria, também polêmica e inerente ao conceito de cidade, a de desenvolvimento<sup>2</sup>, passando pelas questões regionais da década de 1960<sup>3</sup> e a questão urbana de 1970 e 1980<sup>4</sup>.

Para Max Weber (1987), a cidade capitalista é um “local de mercado”. Mais tarde o geógrafo alemão Christeler (1930) acrescenta à definição mais um elemento: *centralidade*. Assim, cidade seria “do ponto de vista geoeconômico, uma localidade central” (apud: SOUZA, 2003). Essa definição nos mostra que a cidade capitalista está, desde sua origem até a atualidade, submersa ao processo de produção e circulação de mercadorias. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que uma das características essenciais da cidade capitalista é sua função de sede do capital comercial e industrial<sup>5</sup> o que, de maneira geral, a diferencia das demais cidades preexistentes.

No entanto, a noção de *cidade* ultrapassa a definição de local de mercado, ela é também, um local de trabalho, um local de moradia, um local de convivência social; enfim, um local de reprodução material e simbólica dos

---

<sup>1</sup> A crescente imigração de europeus para os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX deu origem a fenômenos antes desconhecidos como, por exemplo, sub-habitação, a marginalização, a delinquência, choque cultural, etc. ficaram conhecidos, pelos então estudos de ecologia humana, como “patologia social” descrito por Robert E. Park eminente representante da Escola de Chicago, posteriormente esses estudos deram origem a disciplina sociologia urbana que continuou as investigações a cerca dos “fenômenos urbanos”.

<sup>2</sup> Para uma análise e problematização pormenorizada do conceito de desenvolvimento ver, dentre outros, os trabalhos de SACHS, Wolfgang (2000), ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice (org) (2005)

<sup>3</sup> A esse respeito ver, dentre outros, os trabalhos de BARCELAR, Tânia (1999), MARICATO, Ermínia (1997)

<sup>4</sup> Apesar dos estudos da questão urbana ter suas origens após a revolução industrial, no Brasil, esses estudos vieram a tona nas décadas de 1970 e 1980.

<sup>5</sup> Para Oliveira, a cidade capitalista surge como sede do capital comercial – isso equivale para o Brasil e a Europa – e, posteriormente, agrega a função de sede dos aparelhos de Estado e dos aparelhos industriais de modo a configurar genericamente como sede dos capitais: comercial e industrial (OLIVEIRA, 1982). Vale dizer que existem diferenças profundas entre o processo de industrialização no Brasil e na Europa, como veremos mais adiante, no texto.

indivíduos que estão divididos em classes sociais e em posições assimétrica de poder na sociedade capitalista. Essa assimetria de poder configura conflitos em torno da produção capitalista da cidade (HARVEY, 1982), na qual as classes subalternas são vitimadas por uma injustiça sócio-ambiental (CARNEIRO & BARROS, 2006) estruturalmente posta.

Nessa perspectiva, a cidade seria produto de uma ação conflituosa – mas não aleatória - historicamente estabelecida. Logo, a análise sobre o que é uma *cidade* deveria voltar-se para identificação dos grupos sociais que animam esses conflitos demonstrando, por exemplo, suas lutas, suas estratégias e suas. O economista Carlos Brandão, ao investigar a cerca do que seja um território urbano levanta as seguintes questões: o que o defini como sendo um território e urbano? Quem são seus agentes produtores? Chega a mesma conclusão supracitada. Como veremos a seguir:

O conceito de território aparece circunscrito dentro de um outro debate - o de “desenvolvimento”<sup>6</sup> - pelo menos é praxe, quando se discute os problemas de desenvolvimento econômico, falar de recorte territorial. No entanto, devemos ter o cuidado de não incorporar acriticamente, como se fossem categorias analíticas, as definições territoriais dominantes que resultam de lutas simbólicas travadas entre os atores sociais. Assim, pode-se perguntar o que é um território do ponto de vista sociológico? Será um recorte geográfico, ou seja, um recorte espacial com limites físicos? Ou será uma construção social?

Brandão aborda essas questões da forma como elas se inscrevem no debate teórico sobre o regional e o urbano no Brasil, o que nos interessa de perto. Segundo o autor, nesse debate apresentam-se basicamente duas concepções. A primeira

*“vê o espaço, estaticamente, como meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno (...) meros recipientes ou plataformas a propagandear suas vantagens comparativas e a disputarem as inversões de capital. [Já a segunda concepção, percebe o] “espaço, dinamicamente, como construção social, como produto de conflitos e disputas em torno do espaço construído pela ação das*

---

<sup>6</sup> Ver nota 2.

*classes sociais em seu processo de reprodução histórica*". (BRANDÃO, 2004: 63)

Segundo Brandão, os autores que se posicionam do lado da segunda definição, como Francisco de Oliveira, Ignácio Rangel, Celso Furtado e outros (apud BRANDÃO, 2004: 63), entendem que, mais que elaborar uma teoria abstrata sobre o desenvolvimento regional e urbano, é preciso investigar os processos sócio-históricos concretos que, pela mediação da divisão social do trabalho, elaboram e executam leis e determinantes do capitalismo. A espacialização desses processos baliza a construção, ao mesmo tempo objetiva e simbólica, de territórios que guardam entre si relações de complementaridade, dominação e conflito.

Para os fins desse ensaio, essa concepção implica em considerar os territórios urbanos como construções, materiais e simbólicas, que resultam dos conflitos entre os distintos atores que, por sua vez, se constituem, em parte, no próprio curso desses conflitos. Uma análise dessa magnitude deve encontrar as mediações que articulam esses processos a dinâmicas espaciais de escala mais ampla, as quais constituem, simultaneamente, resultado e condição para a acumulação de capital (HARVEY, 2005). Portanto, a investigação sobre a temática deveria, além das questões de cunho teórico, realizar um estudo de caso, no qual o objetivo seria reconstruir os processos em que diferentes atores (agências públicas, moradores, associações, partidos políticos, etc.) disputam a construção dos territórios habitáveis, de lazer, de circulação etc. Seria preciso ainda evidenciar as estratégias discursivas e de ação acionadas pelos atores nos *conflitos* em que está em causa a construção desses *territórios* como ambientes que possam ser considerados por esses atores como "urbanos", isto é, como providos de determinados equipamentos de infraestrutura e serviços públicos assumidos como necessários para que o território possibilite a seus moradores habitá-los e realizar o trânsito funcional a outros territórios. No entanto, não será esse caminho que percorreremos, mas sim o de explorar sistematicamente as concepções conceituais ligadas a definição de cidade e, de outra parte, evidenciar as determinantes econômicas da produção/reprodução da cidade. E para isso as considerações, até aqui apresentadas, iluminam nossas investigações na medida em que mostram que

uma análise sobre a conceituação da cidade dever considerar, não apenas as condicionantes econômicas e materiais, mas também os conflitos sociais emergentes da construção e da significação do próprio conceito *cidade*.

### **III - A NOVA FASE DO CAPITALISMO GLOBAL E SUAS DETERMINANTES NA (RE) PRODUÇÃO DA CIDADE:**

#### **III. 1 – A CIDADE CAPITALISTA E O PADRÃO DE URBANIZAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO.**

Ao que tudo indica, o novo padrão de (re) produção da cidade ou padrão de urbanização obedece a uma nova fase do capitalismo que, por conseguinte, configura uma nova ordem urbana. Essa nova ordem está fundamentada em uma lógica empresarial, na qual a cidade é vista como uma empresa que precisa estar conectada ao circuito internacional de circulação de mercadorias – cidade global – e ainda gerar lucros e riquezas - cidade empresa.

Atualmente esses conceitos – cidade global e cidade empresa – são apresentados como sendo a nova determinante econômica sobre o padrão de urbanização, além disso, esse novo padrão é apontado como sendo um fator agravante: os já tão conhecidos e crônicos “problemas urbanos”, tais como: aprofundamento da pobreza urbana, desigualdade e segregação sócio-espacial, sub-habitação, violência urbana, etc. Assim, praticamente todos os esforços teóricos e empíricos são direcionados para denunciar, explicar e, na medida do possível, propor soluções técnicas para tais problemas de ordem urbana e social<sup>7</sup>. Ao que parece, essa definição de *cidade* (empresa) e, por conseguinte, seu planejamento tem origens recentes; mas afinal, a cidade capitalista não seria desde seu início uma cidade empresa? Ela não seria desde a expansão capitalista, a partir do século XVI, uma cidade global? Seria correto dizer que o novo padrão de urbanização capitalista é fruto das

---

<sup>7</sup> A esse respeito ver, dentre outros, os trabalhos de Christian Topalov (1996) e de Luiz César de Queiroz e Adauto Lúcio Cardoso (1996), nos quais os autores discutem as relações existentes entre os chamados “problemas sociais e os problemas urbanos” – *changer la ville pour changer la vie*. (QUEIROZ & CARDOSO, 1996). Além disso, debatem a incorporação da questão ambiental no paradigma atual do planejamento urbano.

mudanças ocorridas na economia mundo a partir dos anos oitenta? Mesmo a cidade capitalista sendo uma produção social conflituosa, como afirma Brandão (2004), Harvey (1982) e outros, ela ainda não seria uma cidade empresa? Afinal, a cidade é ou não a imagem da ordem econômica? De que maneira a ordem econômica determina a produção da cidade capitalista? Para responder a tais questões faremos um breve histórico da relação entre processo econômico e produção do espaço urbano, pois como veremos a cidade capitalista, independente do seu tamanho e da quantidade dos equipamentos de controle e gerenciamento, é uma cidade global (SANTOS, 1981). Desse modo, Santos contrapõe a tese da Sassen Sassen (1993) de que as cidades globais são somente aquelas que possuem determinados equipamentos e uma função específica.

### **III. 1. 2 - A NOVA FASE DO CAPITALISMO GLOBAL E A URBANIZAÇÃO CAPITALISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO NA LINHA DO TEMPO.**

Neste item, abordaremos as mudanças ocorridas na organização espacial da economia capitalista a partir da crise dos anos 1975 e 1980 como sendo o marco inicial da nova fase do capitalismo. Para tanto, nos apropriaremos das análises feitas por um bloco de autores às relações existentes entre o processo econômico e o processo de urbanização. Esses autores foram selecionados a partir de leituras pré-liminares, as quais propiciaram a formação de um modesto arcabouço teórico que, em termos analíticos, possibilitaram inferir algumas conclusões sobre a nova realidade do espaço urbano.

Iniciaremos com as considerações feitas por Francisco de Oliveira (1982) ao processo urbanização brasileira e para o processo de urbanização na Europa e América do Norte, as análises de Henri Lefebvre (1969). Para a análise da atual fase do capitalismo e sua interferência no meio urbano abordaremos os trabalhos de Richard Sennett (2003), Saske Sassen (1993), Swingerdouw (1999) e Lambooy & Moulaert (1999).

Em seu texto “O Estado e Urbano no Brasil” Francisco de Oliveira (1981) advoga que a questão das relações entre o Estado e o Urbano ainda não havia sido tratada de maneira cuidadosa pelos historiadores e sociólogos que se ocupavam do assunto e, além disso, não há, segundo o autor, um corpo teórico consciente que possa iluminar o obscuro processo de urbanização brasileira. Essa ausência de um escopo teórico implica uma “importação de teorias e idéias”<sup>8</sup> para analisar o caso brasileiro que, em grande medida, leva ao erro e uma explicação insatisfatória do que seja a urbanização do país.

Segundo Oliveira, a questão pode ser analisada de vários ângulos, por exemplo, pela perspectiva da divisão social do trabalho no sentido *lato* entre o campo-cidade e, por outro lado, nas relações entre o Estado e o Urbano. Para o autor, há uma debilidade teórica no seio do debate sobre o urbano no Brasil que, além de privilegiar os estudos empíricos, apresenta apenas alguns aspectos da vida urbana<sup>9</sup>. Ao analisar os pressupostos históricos na formação da economia colonial e a sua localização no circuito internacional através da mediação da divisão social do trabalho, o autor demonstra que o *campo* nunca controlou realmente a cidade como se pensava até então e, em certa medida, pensa-se ainda hoje<sup>10</sup>.

Para Oliveira, as cidades brasileiras desde o seu surgimento até a atualidade, se constituíram a partir de um padrão autárquico em relação ao campo, no qual a divisão social do trabalho e o caráter agroexportador eram determinados pelo capital internacional. Assim, escreve o geógrafo: “*as cidades [brasileiras] são na verdade a sede do capital comercial que, controlando a produção agroexportadora, fazem a ligação dessa produção com a circulação internacional de mercadorias*” (OLIVEIRA, 1981: 168). Desse modo as cidades coloniais eram centros de controle dos aparelhos de ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias e possuidoras dos aparelhos do Estado tanto no Império Português quanto nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>8</sup> Para o atual paradigma do planejamento urbano, Queiroz & Cardoso (1996) apontam, também, a importação de idéias como uma constante no “pensamento urbano” no Brasil, no entanto, para os autores não devemos rejeitá-las de imediato, mas refletir sobre o seu lugar.

<sup>9</sup> As leis de uso do solo e os códigos de construção (OLIVEIRA, 1981).

<sup>10</sup> A alusão é o paradigma “industrialização sem urbanização”, proposto por Morose nos anos 1980 e, na atualidade, a idéia de que é possível conceituar a *cidade* fazendo oposição ao *campo* como afirma o professor do departamento de geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marcelo Souza (2003).

A economia brasileira fundada na monocultura e na mão de obra escrava não criou o estilo que prevaleceu nos países da Europa “*imensas cadeias de vila e aldeias conectadas a uma rede de cidades (...)*” (OLIVEIRA, 1982: 28). Diferentemente, o estilo brasileiro produziu uma extrema polarização criando uma rede urbana pobre, constituída de grandes, porém poucas cidades. Além disso,

*“as cidades [brasileiras] começam a criar uma série de contradições entre esses capitais comerciais fundados no controle da produção agrícola, e na intermediação com a circulação internacional de mercadorias; esses capitais comerciais, de um lado, vão começar a entrar em choque, por exemplo, com as relações com a metrópole e, de outro lado, entram em choque às vezes também com o próprio sistema produtivo fundado seja na monocultura, seja no latifúndio”.* (OLIVEIRA, 1982:40) (grifo nosso).

Para o autor, as revoluções no Nordeste na primeira metade do XIX constituem o prelúdio dessas contradições, nas quais se opunham comerciantes e latifundiários com interesses distintos criando, por conseguinte, oposição entre a cidade e o campo no Brasil e entre as cidades e a metrópole colonial portuguesa.

A pobreza da rede urbana tem como determinante o caráter autárquico das produções para exportação; com isso emoldurava-se a divisão social do trabalho de maneira a impossibilitar a criação de novas atividades, cujo centro natural fosse a cidade. Isto porque a economia estava baseada no trabalho escravo; portanto, era impossível a formação tanto do exército ativo quanto do exército industrial de reserva que se apresentaram na Europa e na América do Norte (TOPALOV, 1996).

A partir da revolução de 1930 - a qual o autor elege como sendo a “revolução burguesa” no Brasil - as cidades passam a sediar, também, os aparelhos produtivos, isto é, as indústrias. Nesse momento, surge no contexto sócio-político um novo agente social – o capitalista industrial – e, em termos urbanísticos, surge um novo padrão de urbanização: o urbano-industrial. Já em termos econômicos, inicia-se o processo de industrialização o qual exigirá

taxas altíssimas de urbanização chegando a ponto de ser “*imediatamente e excepcionalmente urbana*” (OLIVEIRA, 1981:42). Porém, Oliveira demonstra que o processo de urbanização brasileira é deflagrado antes mesmo da industrialização<sup>11</sup> pelo fato que as cidades eram sedes do capital comercial e, posteriormente, dos aparelhos estatais.

Para o processo de industrialização europeu, Henri Lefebvre demonstra que houve, no âmbito da divisão social do trabalho, uma passagem do modo de produção artesanal para o modo de produção industrial (LEFEBVRE, 1969) que, em um primeiro momento, a industrialização europeia se instala no campo e não na cidade<sup>12</sup>. Nesse sentido, o processo europeu em muito se diferencia do modelo brasileiro na medida em que, este, foi essencialmente urbano e, ainda, não contou com uma divisão social do trabalho preexistente. Segundo Oliveira, a divisão social do trabalho no Brasil foi trazida pelas empresas no momento em que o capitalismo lançava seus tentáculos pelo mundo. Nesse momento, o Estado desempenha um papel fundamental: do ponto de vista da divisão social do trabalho, era preciso mudar o padrão de acumulação e, para tanto, ele direciona os excedentes de alguns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos estatais para potencializar a acumulação industrial<sup>13</sup>. Percebe-se, portanto, a consolidação de uma nova fase de acumulação do capital, no Brasil, que, em resumo, passa de capital mercantil para o capital industrial.

---

<sup>11</sup> Algo semelhante é apresentado por Henri Lefebvre para o processo de urbanização europeia. Para o autor, a urbanização europeia inicia-se antes da industrialização como no caso brasileiro, porém as diferenças entre os dois processos são evidentes e incontestáveis. Primeiro, pelo fato de que, no caso europeu, o processo de urbanização é deflagrado a partir de uma complexa rede de cidades e uma modesta divisão social do trabalho, ainda no período medieval (LEFEBVRE, 1969), já no caso do Brasil o processo de urbanização se deu pelo fato de que as cidades (poucas e grandes) eram sedes dos aparelhos do capital comercial e, posteriormente, sede dos aparelhos de Estado e, além disso, inexistia tanto uma rede de cidades complexa, quanto uma divisão do trabalho (SANTOS, 1982).

<sup>12</sup> Ao analisar o mesmo processo, Christian Topalov (1996) demonstra que as cidades europeias eram comandadas pelas corporações, por conseguinte, o sistema de produção capitalista começa no campo com a produção de tecidos – primeiro com a manufatura e depois com a maquinaria mecanizada (TOPALOV, 1996).

<sup>13</sup> Atualmente as ações do Estado continuam a privilegiar e a direcionar seus investimentos para a infra-estrutura produtiva em detrimento a infra-estrutura social que penaliza a população cidadina tornando a cidade mais injusta (Lambooy & Moulaert, 1999).



Na Europa, esse processo se inicia a partir da revolução industrial no século XVIII e se estende até ao século XX<sup>14</sup> terminando com a crise de 1929 quando surge o capitalismo financeiro. O capital acumulado nas etapas anteriores precisa de outras atividades além da atividade industrial para ser multiplicado. Foi quando se desenvolveram os bancos, as corretoras de valores e grandes grupos empresariais, iniciando o processo de concentração do capital – surgem os monopólios e os oligopólios.

Nesta terceira fase do capitalismo, o Estado liberal<sup>15</sup> entra em crise e o Estado Keynesiano<sup>16</sup> emerge das cinzas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como solução para os problemas de superprodução. A crise de 1929 tornou-se mundial e abalou todo o sistema capitalista. Para restaurar a economia dos países mais atingidos, Jon Maynard Keynes, em sua obra *Teoria geral* (1930), estabeleceu alguns princípios para a ação desse governo que já começava a existir em alguns países como nos Estados Unidos. O Welfare State (Bem-Estar Social) deveria suprir as necessidades básicas da população, preocupando-se com condições de saúde, de trabalho, com educação e com o sistema previdenciário. Para Topalov (1996), as bases do pensamento reformador que unificava o paradigma dos problemas sociais ao paradigma dos problemas urbanos são formuladas a partir do sistema de seguro desemprego proposto por Willim Beveridge em 1940 para a realidade norte americana e, somado a isso, a identificação das massas de trabalhadores como o núcleo do problema social, descrito por Charles Booth para a Londres. Essas idéias se integram à política keynesiana do Welfare State, como por exemplo, as construções de vilas operárias e bairros suburbanos nas metrópoles americanas e européias. No Brasil, os bairros do Méier e Madureira

---

<sup>14</sup> Nesse momento, surge também, no plano teórico, a idéia de “problemas urbanos”, na qual o paradigma do problema social é identificado como sendo um problema essencialmente urbano, portanto, para resolver os problemas sociais era preciso reformar o espaço urbano (TOPALOV, 1996).

<sup>15</sup> No século XVIII, as idéias liberais da burguesia passaram a dominar os países europeus e atingiram também a economia. Os economistas eram favoráveis à liberdade total dos mercados, pois a concorrência de preços promoveria o equilíbrio. Portanto, o Estado não deveria intervir no processo econômico.

<sup>16</sup> O inglês Jonh Maynard Keynes (1883-1946) elaborou a teoria econômica que ficou conhecida como *Keynesianismo*, na qual o autor propunha a intervenção do Estado na vida econômica com o objetivo de garantir a estabilidade econômica e, ainda, garantir a reprodução da força de trabalho.

na cidade do Rio de Janeiro, e os bairros, do Brás e da Barra Funda na cidade de São Paulo são frutos dessas políticas.

Nesse período houve uma expansão das empresas, hoje chamadas, mais apropriadamente, como transnacionais ou multinacionais. Essas empresas mantiveram a sede em seu país de origem e abriram unidades de produção em países subdesenvolvidos em busca de menores custos de matéria-prima, de mão-de-obra, de incentivos fiscais e de mercado consumidor. A industrialização dos países subdesenvolvidos ocorreu nesse momento, como aconteceu com o Brasil após a revolução burguesa em 1930 (OLIVEIRA, 1981). Porém, no Brasil nunca houve efetivamente o *Welfare State*, como aquele dos países de capitalismo avançado, no entanto, prevaleceram alguns aspectos das políticas do *Welfare State*, como já apresentado acima.

A partir da década de 1970, a política do *Welfare State* torna-se insustentável com a crise do petróleo em 1973. Frente à crise, surge, na Europa e na América do Norte, a teoria neoliberal como uma reação ao Estado Intervencionista e ao Estado de Bem-Estar Social. Sua origem está no texto *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek (1994).

No Reino Unido, o governo Thatcher, já no final da década de 1970, foi o primeiro, entre os países desenvolvidos a adotar o programa neoliberal. Logo depois, na década de 1980, Ronald Regan fez o mesmo nos Estados Unidos. Entre os países subdesenvolvidos, o Chile foi o neoliberal pioneiro nos anos 1970, durante os tempos de ditadura do general Pinochet. No Brasil, essa política se inicia no governo Collor (1989-1992), materializa-se nos governos FHC (1994-1998 e 1998-2002) e continua sendo a espinha dorsal dos governos Lula (2002-2006 e 2006-2010).

Para os neoliberais, o objetivo do capitalismo estava ameaçado pelas reivindicações trabalhistas (sindicatos) e pelos gastos sociais com a reprodução da força de trabalho (*Welfare State*). Cortar os gastos e manter uma taxa de desemprego que diminuísse o poder dos sindicatos foram as soluções apontadas pelo neoliberalismo para eliminar esses obstáculos. A privatização de empresas estatais faz parte dessa política neoliberal – no Brasil as privatizações das empresas: Vale do Rio Doce e a Petróleos Brasileiros S.A (PETROBRAS) são exemplos dessa política.

Chegamos, por fim, a nova fase do capitalismo conhecida como “capitalismo flexível”, a qual é descrita pelo sociólogo norte americano Richard Sennett em seu texto “O novo capitalismo” (1998). O autor aborda as mudanças estruturais ocorridas, em decorrência da nova fase do capitalismo, no modo como as pessoas trabalham e nos significados que elas atribuem ao lugar. Para Sennet (1998), o capitalismo tornou-se economicamente flexível e de grande mobilidade o que, conseqüentemente, trouxe um significativo decréscimo no valor do trabalho e um grande aumento no valor do lugar. O decréscimo no valor do trabalho pode ser resumido como um empobrecimento do valor do trabalho que, cada vez mais, torna-se desqualificado, flexível e temporário. Nesse sentido, o trabalho deixa de ser visto como referência para definição de propósitos pessoais duráveis e senso de autovalor. Esse fato reflete nas lutas dos trabalhadores, as quais deixaram de ser por melhores condições de trabalho e melhores salários para serem por empregos e estabilidade. Por outro lado, o crescimento do valor do lugar se configura em torno da significação política e simbólica atribuída à noção de “lugar” que não corresponde à mesma em que antes, a uma geração atrás, era atribuída ao conceito. Nas palavras de Sennett, essa transformação significa que *“a instabilidade das instituições econômicas reduz a experiência de se pertencer a algum lugar especial de trabalho, aumenta o comprometimento das pessoas com os lugares geográficos, tais como nações, cidades e localidades.”* (SENNETT, 2003:16). Mas que tipo de comprometimento é esse? Essa questão é o cerne da preocupação do autor, já que a resposta evidencia a mudança no tipo de representação atribuída ao modo de trabalho e o modo de vida em dois momentos distintos do sistema capitalista: as representações na antiga fase monopolista e na atual fase – a flexível. A resposta conferida por Sennett é que *“o trabalho emoldura o ser de modo bastante precário, posto que tende a igualar sucesso e mérito pessoal”* [...] Mas ao mesmo tempo *“o valor renovado do lugar apresenta uma oportunidade de construir um domínio público no qual as pessoas pensem sobre si mesmas e atuem socialmente, de modo diferente ao de animais econômicos, fazendo com que sua cidadania não dependa de suas riquezas”* (SENNETT, 2003:16).

A partir dessas considerações nos parece evidente que as mudanças analisadas por Sennett do comportamento humano no meio urbano

demonstram uma nova forma de vida para uma nova fase do capitalismo que, além de tais mudanças, também o faz nos mecanismos e modelos de (re) produção da cidade. Para concluir, o autor propõe que é possível, através da renovação do valor dos lugares, construir uma esfera pública que, ao mesmo tempo, dê possibilidades às pessoas de exercer sua cidadania sem que precisem de suas riquezas e, ainda, forneça aos planejadores urbanos mecanismos adequados para lidar com a nova fase da economia mundo. De maneira semelhante, outros autores compartilham dessa análise como, por exemplo, Saskia Sassen (1993) ao descrever que a mudança ocorrida na economia global<sup>17</sup> a partir dos anos 1980 opera uma verdadeira “reconfiguração espacial das atividades industriais e financeiras” (SASSEN, 1993). Em consequência alterou também a dinâmica financeira nos mercados de divisa, nos mercados de *swaps*, nas bolsas de valores (SWINGERDOUW, 1999) e, por fim, altera a “produção”<sup>18</sup> da cidade capitalista contemporânea. Podemos concluir que a nova dinâmica econômica circula pelo mundo todo em busca de paraísos fiscais seguros, lucros especulativos, garantias de rentabilidade e externalidades - promovidas, em grande parte, pela ação do Estado – e, por consequência, alterando a morfologia das cidades que, em síntese, seguirá o crescimento dos mercados financeiros internacionais que, por sua vez, condiciona a dinâmica econômica e sua localização geográfica no planeta, nos países, nos estados e nas cidades.

#### **IV – PLANEJAMENTO URBANO, ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS CIDADES E AS DETERMINANTES ECONÔMICAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.**

Neste item, pretendemos analisar as principais mudanças na organização espacial das cidades a partir de uma revisão de alguns autores

---

<sup>17</sup> Referimos ao acordo Breton Woods seu alcance e sua ruína; a crise econômica de 1970 e 1980 e as políticas de reorganização das atividades econômicas e financeiras, em escala global; o surgimento da indústria financeira e as cidades como centros de comando global e o que se decorre desses processos.

<sup>18</sup> Entendemos por produção as continuidades e alterações no meio urbano tanto no seu ambiente físico como no social promovida em torno dos debates sobre planejamento urbano, cujos modelos (tipos de projetos de intervenção urbana) são, via de regra, equacionado da interação de três grandes esferas: econômica, espacial e simbólica.

que tratam desse assunto. O objetivo é medir a magnitude de alcance das determinantes econômica no planejamento urbano e na configuração espacial das cidades. Para tanto, faremos uma leitura sistemática dos trabalhos de Lambooy & Moulaert (1999) e Swingerdouw (1999), nos quais os autores buscam analisar as mudanças no sistema econômico e as conseqüentes mudanças ocorridas na organização do espaço das cidades.

Lambooy & Moulaert (1999) em seu artigo "La Organización Económico de las Ciudades: una perspectiva institucional" se empenham em avaliar o poder explicativo das teorias neo-institucionalistas da organização e desorganização econômica das cidades. Suas análises se voltam para as principais mudanças na organização espacial da economia das cidades. Os autores buscam estabelecer uma relação entre os sistemas financeiros, os fluxos monetários e a geografia financeira. O objetivo principal é analisar as dinâmicas e determinantes do modo de distribuição geográfica da economia pelo planeta com ênfase no "mercado de divisa" para o qual o swaps (localidades futuras) representa o novo modelo da dinâmica econômica do novo estágio do capitalismo. Nesse sentido, os autores circulam pelo processo histórico-geográfico em que as diferenças, as tensões e as contradições socioespaciais se autodeterminam através da disputa simbólica entre atores e agentes sociais pela apropriação do poder de divisão (BOURDIEU, 1989).

Os autores demonstram, ainda, um crescimento dos serviços profissionais especializados que são centralizados em locais específicos, isto é, em cidades específicas, as quais sofreram mudanças em sua organização econômica e espacial<sup>19</sup>. Essa mudança conformou o surgimento da cidade transnacional conectada ao circuito econômico mundial, uma cidade como base de conhecimento para as atividades inovadoras industriais e serviços, uma *cidade rede* e as *redes urbanas* (Lambooy & Moulaert, 1999). Com a desregulação do Estado Nacional (neoliberalismo) e a crise financeira de 1980<sup>20</sup>, o planejamento urbano e a gestão das cidades seguem acentuadamente a lógica do sistema capitalista. Essa lógica penetra no Estado

---

<sup>19</sup> Além dos autores mencionados, a socióloga Saske Sassen observa um processo semelhante ocorrido nas cidades de New York, Londres e Tóquio década de 1980, nas quais surgiram paulatinamente grandes empresas financeiras, grandes corporações de escritórios de direito, de contabilidade, enfim, uma verdadeira indústria financeira.

<sup>20</sup> Ver item II.1.

de maneira que os recursos estatais privilegiam investimentos na infraestrutura produtiva em detrimento ao financiamento de infraestrutura social (obras de saneamento básico, de habitações dignas para toda a população, transporte coletivo eficiente, etc). Segundo os autores, o avanço da cidade informal, das favelas, dos cortiços, dos loteamentos irregulares são conseqüências desse modelo de planejamento e gestão das cidades. Assim, pode-se concluir que o atual processo de (re) produção capitalista da cidade aprofunda severamente os problemas já existentes nas cidades globais e, de um ponto de vista crítico, deve ser revisto e (re) direcionado para a promoção de uma cidade mais justa e sustentável.

Ao longo do texto, os autores analisam detalhadamente a natureza da chamada “crise estatal<sup>21</sup>” e, por conseguinte, o modelo explicativo da teoria neo-institucional na qual a desregulação do Estado Providência é a premissa maior.

Na visão neoclássica (neo-instituições), o Estado representa algo débil, um arcabouço institucional amarrado na burocracia piramidal; enfim, um verdadeiro obstáculo para atual dinâmica econômica - informação perfeita e de intercâmbio sem custos – por isso deve ser superado através da desregulação institucional de suas funções. Desse modo, o paradigma neo-institucional se funda na defesa de uma desregulação estatal (neoliberalismo) e uma maior flexibilização do trabalho, o que de um ponto de vista crítico, aprofunda os problemas sociais ao invés de solucioná-los como advoga os teóricos dessa corrente (SENNETT, 2003). A hipótese de Lambooy & Moulaert (1999) é a de que é possível, mesmo que de maneira limitada, propor alternativas para a melhoria na análise neo-institucional do sistema econômico urbano. O que, em grande medida, distancia da visão de Sennett, para o qual é preciso ir além e construir uma nova esfera pública. Porém, quanto à análise integral da economia urbana fundada na leitura das dinâmicas institucionais dos processos econômicos, eles se aproximam, pois ambos compartilham da idéia de que é possível captar nas cidades relações não reducionistas com dinâmicas sociais e políticas e que, para tanto, é preciso conhecer os processos sóciopolíticos

---

<sup>21</sup> Essa crise refere-se as ações das políticas neoliberais que, em síntese, dentre suas ações tem a desregulação do Estado e a conseqüente privatização de suas funções, como sendo a solução para os problemas sociais de modo geral.

ocorridos ao longo história, além das determinantes do sistema econômico. Logo, ao analisarmos a cidade devemos considerar, também, as mudanças ocorridas no imaginário representativo da cidade, isto é, na forma como a sociedade atribui significados simbólicos, sociais e econômicos à cidade.

Nesse aspecto, o trabalho desenvolvido por Fernanda Sanches (1999) tem a contribuir para uma análise sobre as mudanças no “imaginário” da cidade. Ao analisar as mudanças ocorridas nas cidades de Curitiba e Barcelona, Sanchez, demonstra que em seus processos de produção de imagens e discursos, em escala global, houve uma mudança - um esvaziamento e uma despolitização da vida urbana.

Para autora das mudanças ocorridas na agenda urbana das duas cidades na virada desse século seguiu a lógica global, isto é, o planejamento urbano e gestão das cidades se processam através de políticas de marketing – cidade empresa. Essa agenda promove uma renovação espacial das cidades – (re) produção da cidade – que, ao mesmo tempo, opera uma transformação simbólica das cidades<sup>22</sup>. A valorização do espaço urbano segue os interesses globais e constituem modos de afirmação da hegemonia capitalista em seu estágio atual – nova racionalidade, na qual o espaço é instrumental. A mesma conclusão chega Erik Swingedouw (1999) em seu trabalho “Padruciendo futuros: el sistema finaceiro como proyecto geográfico”. Partindo da análise do mesmo processo histórico, porém com ênfase na questão regional, o autor demonstra que a mudança ocorrida na economia global a partir dos anos 1980 realiza uma reconfiguração espacial das atividades industriais e financeiras que alterou a dinâmica financeira nos mercados de divisa, nos mercados de swaps, nas bolsas de valores (SWINGERDOUW, 1999) e, por conseguinte, na (re) produção<sup>23</sup> da cidade capitalista contemporânea. Para o autor, o crescimento dos mercados financeiros internacionais condiciona a dinâmica econômica e sua localização geográfica no planeta, nos países, nos estados e nas cidades.

---

<sup>22</sup> Para os fins desse trabalho é interessante notar que para uma análise das determinantes da (re) produção da cidade capitalista é quase impossível desarticular as três esferas: econômica, espacial e simbólica.

<sup>23</sup> Entendemos por produção as continuidades e alterações no meio urbano tanto no seu ambiente físico como no social promovida em torno dos debates sobre planejamento urbano, cujos modelos (tipos de projetos de intervenção urbana) são, via de regra, equacionado da interação de três grandes esferas: econômica, espacial e simbólica.

Ao que parece, a produção de “localidades” ou “praças de mercado novos” segue a lógica da indústria financeira global, isto é, segue a lógica do sistema capitalista globalizado. Nesse sentido, a “localidades” assim como as cidades exercem um papel de conectores (emissores e receptores de fluxos financeiros) entre elas e todo o circuito mundial. Em outras palavras, as localidades funcionam como depositores temporários de dinheiro e de outras formas de valor de maneira que os fluxos de dinheiro definem e configuram o significado da moeda como valor entre os vários cambio. Essa busca por novas “localidades” afeta diretamente a morfologia espacial das localidades em escala global, regional e local.

#### **IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Neste trabalho, buscamos desenvolver uma reflexão crítica sobre as condicionantes e determinantes da (re) produção capitalista da cidade através de uma breve revisão da literatura específica sobre a temática.

Os resultados obtidos com esse trabalho são, em grande medida, parciais e sujeitos a revisão, pois abordamos uma temática ampla e complexa. O diálogo que pretendemos estabelecer concentra-se nas mudanças econômicas ocorridas ao longo da história do capitalismo e a interferência que elas tiveram na produção daquilo que se denomina como sendo espaço urbano ou cidade. Nosso foco central foi a atual fase do capitalismo que, em síntese, produz uma cidade voltada para a produção e circulação de mercadorias e, além disso, para o gerenciamento e controle financeiro global. Essa cidade denominada apropriadamente como empresa agrava os já existentes e crônicos problemas sociais na medida em que privilegia os investimentos na infra-estrutura produtiva em detrimento da infra-estrutura social.

Os resultados mostram que as mudanças econômicas ocorridas ao longo da história do capitalismo interferiram significativamente na produção do espaço urbano. Com efeito, o processo de urbanização capitalista na Europa se inicia com a transformação dos antigos burgos (locais de mercado) em redes de imensas vilas e aldeias conectadas a um circuito de produção e



circulação de mercadoria. Essas redes de cidades foram desenvolvidas a partir do processo de industrialização que precisava, além de outras coisas, de uma complexa divisão social do trabalho. Para tanto, foi preciso transformar o modo de produção artesanal em um modo de produção industrial, ou seja, transformar o artesão em trabalhador assalariado. Nesse aspecto, o capitalismo desqualifica o trabalho e propõe uma nova organização de trabalho.

No primeiro momento da industrialização européia, as indústrias se localizaram no campo, pois as cidades eram dominadas por grandes corporações de ofício. Tais corporações estavam organizadas em torno de um processo manufatureiro, além de uma modesta divisão do trabalho. A competição com os produtos industrializados levou o fim das corporações. Mas, sua estrutura, segundo Henri Lefebvre (1969), foi imprescindível para a efetiva consolidação do modo de produção capitalista na Europa. As indústrias ao se instalarem definitivamente nas cidades, atraem uma multidão de pessoas que abandonam os campos e vão morar nas cidades, inicialmente dentro das fábricas e posteriormente nos arredores em cortiços e habitações insalubres. As precárias ou inexistentes infra-estruturas das cidades não comportavam as grandes levas de trabalhadores que chegavam a todo o momento – surgem, então, os chamados “problemas sociais” (TOPALOV, 1996). As massas trabalhadoras com seus costumes rústicos e descompassados com a nova ordem social começam a ser vistas como um eminente problema. Assim, as cidades tiveram que ser reformadas, ou seja, produzidas de maneira a atender as novas exigências da acumulação de capitais - *changer la ville pour changer la vie*.

Segundo Topalov (1996), a idéia de “problemas urbanos”, na qual o paradigma do problema social é identificado como sendo um problema essencialmente urbano, surgem a partir das primeiras décadas do século XX a partindo dos estudos da chamada escola de Chicago, na qual foram desenvolvidas várias pesquisas empíricas sobre o comportamento humano no meio urbano. Nesse mesmo período, aprofunda-se a divisão do trabalho a partir dos estudos de Frederick W. Taylor (1859-1915) e aplicação dessas idéias na fábrica de automóveis de Henry Ford em Detroit, nos Estados Unidos. Introduziu-se nela a chamada *linha de montagem*, na qual os veículos eram

colocados em uma esteira rolante e cada trabalhador realizava uma etapa da produção. Esse sistema, conhecido como fordismo, passou a caracterizar a produção em série necessitando de grandes instalações e de altos investimentos. Paralelamente, ocorre a crise econômica de 1929; ergue-se o Estado Keynesiano, também conhecido como Welfare State, com o objetivo de suprir as necessidades básicas da população, procurando sanar os problemas com a saúde pública, com o desemprego, com educação decorrente das intensas migrações.

No plano econômico, houve uma expansão das empresas com sede nos países de capitalismo avançado, abrindo unidades de produção em países subdesenvolvidos em busca de menores custos de matéria-prima, mão-de-obra, incentivos fiscais e mercado consumidor (SWINGERDOUW, 1999). Com efeito, os países subdesenvolvidos tiveram seu parque imobiliário ampliado e/ou reformado para receber as indústrias multinacionais que se espalhavam pelo planeta. Nesse momento, as cidades brasileiras passaram a sediar os aparelhos produtivos (OLIVEIRA, 1982) e, ainda, passaram por reformas monumentais como, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro com as reformas do prefeito Pereira Passos (1904-1910).

A partir de 1970 a política do Welfare State começa a se mostrar insustentável principalmente com a crise do petróleo em 1973. Mais uma vez o sistema capitalista apresenta problemas e, com esforço dos economistas, recebe um novo fôlego – a retomada a política liberal, renovada é claro. O Estado que até o momento era o pêndulo do equilíbrio econômico transforma-se no problema e, por isso, deveria ser destituído de suas funções públicas e de sua interferência no mercado econômico. Realmente, a teoria neo-institucional apresenta o Estado como um obstáculo para o desenvolvimento econômico, portanto, é preciso ser superado através da desregulação institucional de suas funções (Lambooy & Moulaert, 1999). O programa neoliberal é disseminado pelo globo, através de uma reorganização espacial da produção e circulação da economia. Em um primeiro momento, são os países centrais e depois os periféricos a adotarem o programa neoliberal, o qual tem por objetivo flexibilizar os direitos trabalhistas, manter uma taxa de desemprego para diminuir o poder dos sindicatos, reduzir os gastos sociais com a reprodução da força de trabalho, etc.

Para concluir, a nova fase do capitalismo conhecida como “capitalismo flexível e geograficamente disperso”, descrita pelo sociólogo norte americano Richard Sennett, operou mudanças na morfologia (configuração espacial) da cidade e, ainda, no comportamento das pessoas e no imaginário das cidades. Essas mudanças na economia (re) produziram uma cidade empresa, um depositário de dinheiro e de mercadoria a serem geridos por interesses globais. Assim, podemos concluir que a cidade capitalista surgiu como sede do capital comercial, depois ampliou para sede dos aparelhos do Estado e do capital industrial (OLIVEIRA, 1982) e agora, sede do capital financeiro e do gerenciamento global (SASSEN, 1998). Por fim, a (re) produção capitalista da cidade é atualmente, e em tempos passados, a imagem do sistema financeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Tânia Bacelar de. **“Por uma política nacional de desenvolvimento regional”**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, V.30, n. 2, p. 144-161, abr/jun. 1999.

BOURDIEU, Pierre. **“A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”**. In: BOURDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand. p. 107-132

BRANDÃO, Carlos Antônio (2004), **“Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado”**, in: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 107, pp. 57-76, jul./dez.

CARNEIRO, Eder Jurandir & BARROS, Matheus Alves de (2006). **Conflitos ambientais e urbanização de classes populares: (in) justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas, São João del-Rei – MG**. Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Brasília.

HARVEY, David, (2005). **A produção capitalista do espaço**, São Paulo: Annablume.

HARVEY, David, (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: Revista Espaço & Debates, jun/set

LAMBOOY, J.G. & MOULAERT, F. (1999) **“La Organización Económico de las Ciudades: una perspectiva institucional”** In: Revistas Cedernos IPPUR, Rio de Janeiro.

LEFÈBVRE, Henri (1969). **Industrialização e Urbanização**. In: LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Edit. Documentos.

LIMA JUNIOR, P.N. **“A reinvenção das cidades para um mercado mundial”**. (2003) in: Revista Cadernos, Rio de Janeiro, Ano XVII, Nº 2.

MARICATO, Ermínia (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

OLIVEIRA, Francisco (1982). **O Estado e o Urbano no Brasil**. In: Revista Espaço e Debates, 2 (6), NERU, Jun/set.

QUEIROZ, L. L. & CARDOSO A. L. (1996) **“Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”**. In: RIBEIRO, L.L. Q. & PECHMAN, R. (1996). **Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo moderno**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SACHS, Wolfgang (1997). **Anatomia da política do desenvolvimento sustentável**. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n.1.p.12-23. nov.

SANTOS, Milton (1984). **A Geografia e a nova dimensão do planeta**. In: Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, V. 15(5). Set/out.

\_\_\_\_\_ **O espaço total de nossos dias**. In: SANTOS, Milton. **Para uma Geografia Nova** (1981). São Paulo: Hucitec. p. 161-177.

SASSEN, Saskia. **A cidade global**. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Helena (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 187-202.

SENNETT, Richard. **“O Novo Capitalismo”** [tradução de Marcos Reis] (1998). In: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XII, Nº 2, p. 15-30.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2003). **“O que faz de uma cidade, uma cidade?”**. In: ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SWINGEDOUW, Erik (1999). **"Padruciendo futuros: el sistema finaceiro como projecto geográfico"**. In: Revista Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro

TOPALOV, Christian (1996). **"Da questão social as o problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípio do século XX"**. In: RIBEIRO, L.L. Q. & PECHMAN, R. (1996). **Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo moderno**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

WEBER, Max (1987). **Conceito e Categorias de Cidade**. In: VELHO, Otávio G. (org). **O Fenômeno Urbano**. Ed Guanabara, Rio de Janeiro.